

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica (Am) Class.: 1148

Data 06/DEZ/1988 Pg.: _____

Funai aniversaria sem punição para massacre

Os indígenas viram passar ontem os 17 anos da Funai sem qualquer punição a algum culpado pelo massacre dos ticunas este ano. A matança, por posseiros, repercutiu em vários países do mundo, mas não resultou em nada, até agora.

Histórico — A primeira iniciativa concreta de uma política indigenista federal foi a criação, em 20 de julho de 1910, do Serviço de Proteção aos Índios, cujo objetivo era solucionar os conflitos existentes entre os silvícolas, defensores da posse secular exercida por suas tribos sobre os amplos territórios que ocupavam, e o branco, membro da sociedade brasileira, que formava a vanguarda de ocupação do interior do País.

Desde o início da colonização, o relacionamento entre as duas raças se processara em termos belicosos; só no início do século XX o governo da República se deu conta da necessidade de adotar medidas capazes de impedir o extermínio total das populações selvagens e que, ao mesmo tempo, satisfizessem as necessidades de expansão dos núcleos civilizados.

O idealizador e primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios, capitão Cândido Mariano da Silva Rondon (depois marechal), estabeleceu uma política indigenista brasileira, cujas linhas mestras a 39ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra (1956), recomendou a todos os países com problemas de integração de populações tribais.

As diretrizes de Rondon previam o respeito à autodeterminação indígena no que se refere à expansão a partir de seus próprios padrões culturais, a proibição dos desmembramentos da famí-

lia e a proteção do patrimônio territorial indígena, garantido através de posse permanente, de caráter coletivo e inalienável.

A execução desses princípios — nem sempre levados integralmente a cabo — foi confiada ao SPI e, a partir de 22 de novembro de 1939, também ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Esses dois organismos — e ainda o Parque Indígena do Xingu — foram fundidos num só, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 5 de dezembro de 1971.

Depois de ter passado por uma completa reestruturação administrativa, a Funai é hoje regida por um estatuto (19 de dezembro de 1973) que, entre outras coisas, regulamentou a situação jurídica do índio.

O objetivo da Fundação é garantir aos silvícolas a posse permanente das terras em que habitam, o usufruto exclusivo dos recursos naturais nelas existentes, bem como a preservação de sua cultura e a prestação de assistência médico-sanitária e educacional.

Sua ação se exerce, atualmente, através de nove delegacias regionais, três ajudâncias, quatro bases avançadas na Transamazônica, quatro parques, 17 reservas e 145 postos indígenas, número que tem se revelado insuficientes, até agora, para solucionar os graves problemas da população indígena.

A população indígena brasileira caracteriza-se pela multiplicidade dos grupos — 140 atualmente — e pela baixa concentração demográfica de cada um deles. Com 91 grupos na Amazônia, 35 na região central, 10 no Brasil oriental e quatro no Sul, ela perfaz um total aproximado de 180 mil indivíduos.